



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÊIA GABINETE DO PREFEITO - GP



PORTARIA Nº 038/2014

"DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA, ESTADO DO PIAUÍ, no uso das suas atribuições que, lhe confere o art. 74, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, art.33, inciso VII, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e demais legislações pertinentes à espécie, e.

CONSIDERANDO, não haver impedimento de acordo com sumula 13 do Supremo Tribunal Federal:

CONSIDERANDO a obediência aos princípios administrativos, citados no artigo 37, da Constituição Federal, sendo da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER GRATIFICAÇÃO, ao senhor: Romário Alves de Figueiredo, Presidente da Comissão de Licitação, Gratificação Código GMTS - 4 Lotado na Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 2º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa a 1º de Fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de REDENÇÃO DO GURGUÉIA, aos três dias do mês de fevereiro de 2014

DELANO DE OLIVEIRA PARENTE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-s

Publique-se

Cumpra-se.



Estado do Piauí PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ

CNPJ: 06.553.960/0001-65

APRESENTAÇÃO

A Programação Financeira compreende um conjunto de atividades com o objetivo de ajustar o ritmo de execução do orçamento ao fluxo provável de recursos financeiros. Assegurando a execução dos programas anuais de trabalho, com base nas diretrizes e regras estabelecidas pela legislação vigente.

Logo após a sanção do Prefeito à Lei Orçamentária aprovada pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Piauí, o Poder Executivo mediante decreto estabelece em até 30 (trinta) dias a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Mensal por órgãos, observadas as metas de resultados fiscais dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Programação Financeira se realiza a partir da programação do Secretário Municipal de Finanças. obedecendo ao Art. 8° da Lei de Responsabilidade Fiscal - N° 101/2000.

Compete a Secretaria Municipal de Finanças, estabelecer as diretrizes para a elaboração e formulação da Programação Financeira e Cronograma da Execução mensal da Receita e Despesa do Executivo, bem como a adoção dos procedimentos necessários a sua execução. Aos gestores competem a consolidação das propostas de programação financeira dos órgãos vinculados e a descentralização dos recursos financeiros recebidos do órgão central. As Unidades Gestoras cabe a realização das despesas públicas, ou seja, o empenho, a liquidação e o pagamento. Contabilizar.

Santa Cruz do Piauí (PI), 7 de novembro de 2013.

JAIRO PINHEIRO SANTOS MOURA Secretário Municipal de Fianças



Estado do Piauí PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ

CNPJ: 06.553.960/0001-65

DECRETO Nº 15/2013.

Santa Cruz do Piauí-Pl. 7 de Novembro de 2013.

Dispões sobre a programação financeira consolidada e o cronograma mensal de disponibilização financeira para os órgãos e entidades do Município no exercício de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela da Lei Orgânica do Município de Santa Cruz do Piauí.

Considerando a necessidade de ampliar o controle administrativo sobre a execução orçamentária, adequando-a as disponibilidades financeiras da Municipalidade, de forma a observar mais eficazmente diversos preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, - Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta do Município, consoante a Lei que estima a receita e autoriza a despesa do Município, Lei Orçamentária Anual publicada no DOM na edição Nº MMCDLXXXVI pag. 169 de 05 de Dezembro de 2013.

Parágrafo único – Caberá à Secretaria Municipal de Finanças adotar as providências administrativas pertinentes no sentido de assegurar a eficácia dos limites e condições ora fixados, observando-se as autorizações orçamentária correspondentes e suas eventuais alterações no curso do exercício.

Art. 2º - Os órgãos e entidades integrantes da Municipalidade competentes para praticar atos relativos à execução orçamentária e financeira, ao assumir obrigações de natureza financeira, terão que necessariamente levar em consideração os limites financeiros que lhes estão reservados no Anexo III e IV deste Decreto.

Parágrafo único - Os limites assim fixados poderão, de forma excepcional, sobre alterações mediante prévia autorização do Secretário Municipal de Finanças, desde que a solicitação correspondente contenha manifestação da autoridade solicitante no sentido de que a compensação se dê até o término do mês subsequente.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a promover as mudanças necessárias na programação financeira e no cronograma de disponibilização de recursos financeiros concretos do Município, sobretudo em caso de frustração de receitas, a fim de que restrinjam ou suspendam a emissão de notas de empenhos.

Parágrafo único — Havendo inobservância das regras estipuladas no caput deste artigo, bem como no Art. 2º deste Decreto, o Controle Interno deverá negar validade à nota de empenho que lhe for submetida à apreciação, em consonância com a legislação vigente, além de adotar outras providências pertinentes.

Art. 4º - A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto a sua pasta.

Art. 5º - A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto ficam a cargo do Controle Interno que comunicará a Prefeita Municipal e ao Secretário Municipal de Finanças, o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Piauí (PI), 7 de novembro de 2013.

JANDIRA NUNES MARTINS GONÇALVES
Prefeita Municipal

i reteita ividipeipai

JAIRO PINHEIRO SANTOS MOURA

Secretário Municipal de Finanças

FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO MARTINS

Controlador Interno do Município

www. diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais